04/06/2019

Leigo, em matéria de "Justiça"

Fabrizio Fävasch Rodriguez

[Ativista Social e Sindical. Observatório
do trabalho latino-americano]

Alguns médicos me explicam que frente a bandidos de alta periculosidade, sejam estupradores de idosos, espancadores de pessoas com deficiência, pedófilos abusadores de bebês, feminicidas e assassinos confessos de esquartejamento, são obrigados pelo Código de Ética Médica a atendê-los como a quaisquer pessoas. Dizem os médicos que existe uma razão humana para dar a esses seres humanos a chance de serem cuidados pela medicina. Todos são iguais perante a generosidade da cura. É fato.

Convencer-se disso é convencer-se de que humanos, quaisquer que sejam, são portadores e merecedores de direitos humanos.

Em Estados onde isso não ocorre, não se pode dizer que sejam Estados de direito.

No alvorecer do Estado moderno, Thomas Hobbes, no século XVII, alertava para a necessidade de um Estado (Leviatã) para evitar que o homem exercesse sua natureza de ser o lobo de outro homem, em outras palavras, de promover a guerra de todos contra todos.

Todos temos sentimentos ambíguos e contraditórios de amor e ódio, de empatia e antipatia, de acolhimento e repulsa.

E de vingança. Nossa natureza, per si, é contraditória - somos humanos e animais: matamos o humano mais próximo para comê-lo frente à fome incontrolável -. Por isso, temos que ter códigos de ética para controlarmos nossos instintos de revolta contra o outro, mesmo sabendo que o outro poderia ter cometido o ato de predador cruel contra sua mãe, sua filha, seu filho, seu marido, sua avó, contra o amor de sua vida. A medicina cumpre bem esse papel.

Chega lá, ferido, o cidadão que pode ter fuzilado 10, 20, não importa quantos, estupro 30, 40, não importa quantos, atropelado 50, ainda que intencionalmente, não importa quantos, mas merece a generosidade da cura.

Assim é o processo civilizatório que nos distingue dos animais selvagens que, muitas vezes, não deixamos de ser.

A medicina que acolhe, independente de quem seja o sujeito do cuidado, faz jus aos que creem: somos todos criaturas de Deus! Perguntei a muitos médicos: *"ao cuidar de um estuprador de bebês, você o culpa ou o perdoa?"*. *"Faço o que me cabe"*, a maioria responde. Insisto: *"mas qual o seu sentimento?"*. A maioria das respostas: *"Abstraio. Não sou advogado ou juiz para defender ou absolver bandidos e assassinos."*

É curioso que, frente a este dilema, a maioria dos médicos se compara a advogados e juizes.

Costumo fazer essa indagação há muitos anos aos médicos que tenho conhecido por minhas andanças e as respostas são sempre idênticas. Essa mania começou quando trabalhei como pesquisador em um Instituto de Pesquisas Sociais na Colômbia por alguns anos. Numa dessas pesquisas eu entrevistava médicos e suas relações com as comunidades carentes.

Por ser uma pesquisa de caráter mais político do que científico, em algumas ocasiões eu era mais provocativo: *"Você não acha que a medicina traz em si a generosidade da cura do corpo e a advocacia traz em si a generosidade do perdão e a cura da alma?"*.

Minha obstinação com esse dilema "médicos X advogados" surgiu com uma resposta quase unânime dos médicos que, mais ou menos, sintetizo aqui: *"Advogados muitas vezes mentem, inventam histórias, forjam provas e escondem informações para livrar essas pessoas. A medicina não usa o remédio falsificado para salvar o paciente, qualquer que seja ele."* Confesso que este é um dilema que até hoje não consigo resolver, olhando para o lugar onde atuo na América Latina, como observador das relações cada vez mais precárias de trabalho. Se não há justiça sem a lei e se não há lei sem os que acusam e defendem os que cometem crime, como situar o papel dos que defendem aqueles que atentam contra os direitos humanos?

Aqueles que, sabidamente, comprovadamente, muitas vezes repetidamente, cometem os crimes de racismo, homofobia, violência sexual, pedofilia, sequestro e tráfico de crianças e tantos mais, na condição de doentes recebem dos médicos a graça do tratamento, e, na condição de criminosos, recebem a graça dos que os defendem, mas, muitas vezes com o remédio falsificado da absolvição.

Ainda sou leigo, em matéria de justiça. ■■■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.